

Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970

Ana Lorym Soares*

Resumo: Este texto analisa a relação existente entre a atuação política e intelectual de um determinado grupo de folcloristas, ligado ao Movimento Folclórico Brasileiro, e a elaboração e execução de políticas públicas culturais no contexto da Ditadura Militar no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, é realizada análise comparativa das orientações dessas políticas a partir do confronto entre documentos elaborados pelo Governo Militar e os registros realizados pelos folcloristas, especialmente, na Revista Brasileira de Folclore.

Palavras-chave: Folclore; Políticas culturais; Ditadura militar.

Introdução

Cada vez mais a ação do Estado na área da cultura vem se tornando um tema que atrai olhares de pesquisadores de várias áreas, notadamente da História, Museologia, Comunicação e Ciências Sociais. Nesse contexto, questões relacionadas à elaboração e implementação de políticas culturais ganham destaque. Contudo, ainda há uma flagrante carência de trabalhos que foquem na história das políticas culturais no Brasil, a partir de sua articulação com as culturas populares, seja na realização de políticas que impactam diretamente na vida dos “grupos subalternos”, seja através da mediação de discursos de intelectuais que falam em nome desses grupos.

* Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio; pesquisadora (bolsista) do Iphan e professora tutora do Curso de História a Distância da PUC-Rio (atuando no pólo de Fortaleza-CE). E-mail: manalorym@gmail.com

O folclore e os folcloristas tiveram espaço relevante no cenário cultural e institucional durante o Regime Militar na segunda metade do século XX, porém, essa relevância permaneceu e permanece, em larga medida, desconhecida da maior parte dos profissionais mesmos que se interessam por esse período da história brasileira. Sem pretensão de reverter definitivamente esse quadro, mas antes, intencionando levantar questões iniciais, busco neste texto, mapear e entender algumas ações dos folcloristas no contexto em apreciação, especialmente no sentido de converter um determinado discurso em prática respaldada pelo Estado, assim como o resultado dessas ações.

Políticas culturais nas décadas de 1960/1970

Na última década foi possível verificar uma intensificação da preocupação do Estado, especialmente em nível federal, com a área cultural. Esse fato pode ser constatado, entre outras, através da implementação do Plano Nacional de Cultura (2006),¹ aprovado na gestão do ministro Gilberto Gil, gestão esta, pautada por uma noção plural de cultura e que buscou valorizar e estimular ações relativas às culturas populares.² No entanto, essa não foi a primeira vez que o Governo Federal formalizou um plano para orientar as políticas na área da cultura.

Durante o Regime Militar instaurado em 1964, já havia sido identificada a necessidade de criar um documento que formalizasse as orientações doutrinárias e as linhas de atuação do Governo na cultura. Segundo Lia Calabre, o Conselho Federal de Cultura (CFC), criado em 1966, chegou a apresentar algumas propostas nos anos de 1968,

¹ Ministério da Cultura. *Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

² A elaboração do Sistema Nacional de Cultura (2010) também reafirma essa preocupação. Cf. Brasil. *Sistema Nacional de Cultura: estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura*.

Disponível em:

<http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2009/07/DOCUMENTO_B%C3%81SICO_SNC_16DEZ2010.pdf> Acesso em 17/03/2011.

1969 e 1973, sem que nenhuma delas tenha sido aceita.³ Porém, em 1973, durante o governo do presidente Médici (1969-1974), foi divulgado um documento intitulado Diretrizes Para Uma Política Nacional de Cultura, logo retirado de circulação, muito provavelmente, como aponta Gabriel Cohn, por sugerir a criação de um ministério próprio para a cultura, o que teria gerado divergências no interior do Ministério da Educação (MEC), que à época era responsável pelos campos da educação e cultura.⁴

Para substituir as Diretrizes foi elaborado, ainda no mesmo ano, o Programa de Ação Cultural (PAC), que teria vigência de dois anos: 1973 e 1974. O PAC surgiu na estrutura do Departamento de Ação Cultural (DAC), órgão executivo do MEC para a área cultural. Esse programa adotava critérios para orientar a distribuição de recursos financeiros que abrangiam desde o setor de patrimônio, passando pelas atividades artísticas e culturais, até a capacitação de pessoal. No entanto, foi apresentado pela imprensa da época como um projeto de financiamento de eventos, pois tinha como meta a implementação de um ativo calendário de eventos culturais no país, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo, cinema e folclore.⁵

Somente no mandato do presidente Geisel (1974-1978) houve a aprovação da primeira Política Nacional de Cultura (PNC), elaborada no final de 1975 e oficialmente publicada em janeiro de 1976. Com ela formalizou-se um conjunto de diretrizes para orientar as atividades na área da cultura, além de ratificar a coordenação do MEC nesse campo.⁶ Mais especificamente, a PNC expôs os fundamentos legais da ação do Governo no campo cultural; traçou as diretrizes que norteariam o trabalho do MEC; elencou os objetivos dessa política; expressou ideias e programas; revelou as formas de ação do

³ Lia Calabre. *Políticas culturais: um diálogo indispensável*. Lia Calabre (Org.). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p. 12.

⁴ Gabriel Cohn. A Concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: *Estado e Cultura no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: DIFEL/Idesp, 1984, p. 88.

⁵ Lia Calabre (2005). *op. cit.* p. 12.; Sérgio Miceli, *op. cit.* p. 56.

⁶ Gabriel Cohn, *op. cit.*, p. 88-89.

Estado e, através de todos os itens de sua pauta, explicitou a concepção de cultura brasileira e de política cultural que guiou a confecção do documento.⁷

Assim, “Uma verdadeira política de cultura”,⁸ conforme apresentação do texto feita pelo ministro Ney Braga, responsável pela pasta na época, deveria se guiar pelos interesses nacionais.

Partindo-se do conceito de política nacional como a arte de estabelecer os objetivos nacionais, mediante a interpretação dos anseios nacionais, e de orientar a conquista ou preservação daqueles objetivos, é que se torna possível estabelecer a concepção básica da política da cultura. [...] o conjunto de iniciativas governamentais coordenadas pela necessidade de ativar a criatividade, reduzida, distorcida e ameaçada pelos mecanismos de controle desencadeados através dos meios de comunicação de massa e pela racionalização da sociedade industrial.⁹

E mais do que isso, a PNC, para o ministro, encerrava

Um conjunto de diretrizes que orientam e condicionam a ação governamental, não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação. Respeita o Estado, a liberdade de criação e procura incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura, impulsionando os meios ou instrumentos que estimulam suas diferentes manifestações.¹⁰

É importante destacar que esse percurso de institucionalização e tentativa de orientação dessa institucionalização através de regras e diretrizes foi acompanhado por um intenso controle e supervisão por parte do Governo, característicos do momento vivenciado com a Ditadura Militar. Pode-se visualizar na introdução da PNC, que a intervenção do Estado, como foi justificado no documento, seria a garantia da preservação da “[...] identidade e originalidade fundadas nos genuínos valores histórico-

⁷ Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: MEC, 1975, p. 5.

⁸ *Ibid.*, p. 12.

⁹ *Idem*, p. 12.

¹⁰ *Idem*, p. 24.

sociais e espirituais, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia.”¹¹ Ao mesmo tempo, essa intervenção se justificaria pelo fato de garantir a qualidade do que estava sendo produzido. Vê-se, na PNC de forma flagrante o registro incoerente de um Estado que dizia apoiar a diversidade, porém, desde que esta atendesse aos seus requisitos diante do que era considerado por seus dirigentes como bom ou ruim.

O problema da qualidade é prioritário por ser responsável pelo próprio nível do desenvolvimento. Cabe ao Estado estimular as concorrências qualitativas entre as fontes de produção. Mas para que haja qualidade é necessário precaver-se contra certos males, como o culto à novidade.¹²

A concepção de cultura e, em particular, a cultura brasileira que emergiu desse documento, também padecia de contradições, além de explicitar de forma inequívoca a necessidade que o regime tinha de construir uma ideia de unidade nacional, operada, especialmente pela via cultural. Assim,

Compreende-se como cultura brasileira aquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional. O que chamamos de cultura brasileira é produto do relacionamento entre os grupos humanos que se encontraram no Brasil provenientes de diversas origens. Decorre do sincretismo verificado e do surgimento, como criatividade cultural, de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como caracteristicamente brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais. De fato, em virtude da extensão do nosso território, surgiram no processo de ocupação humana, diferenciações regionais, dada a influência maior de um dos grupos, de um lado, e, de outro, pela maneira como se operou a ocupação na respectiva região. [...] É o sentido do pluralismo que se pode vislumbrar em algumas regiões. Pluralismo que se irá diluindo no sincretismo, e este, tornado brasileiro, dando-lhe

¹¹ Idem, p. 8.

¹² Idem, p. 13.

a nossa marca. [...] Vemos, portanto, a diversidade regional contribuindo para a unidade nacional.¹³

Embora o texto tenha citado o estímulo à criatividade e às diferenças, à diversidade e ao pluralismo das manifestações culturais, a cultura foi compreendida como um somatório que resultava em uma unidade, com uma composição uniforme e harmônica. Esse resultado, em última análise, acabaria eliminando as diferenças culturais, reduzidas a uma identidade única, nacional e original. A diversidade regional só deveria ser considerada a partir da perspectiva da junção em nome da preservação da identidade nacional. Como apontou o historiador Alexandre Barbalho, o ideal seria ter-se uma “Cultura homogênea em sua essência, diversificada pelas contribuições recebidas, em constante transformação e, ao mesmo tempo, fiel e leal ao passado.”¹⁴

Com efeito, os documentos que formalizaram a institucionalização da cultura nas décadas de 1960 e 1970 explicitaram as ambiguidades e incoerências próprias do contexto no qual foram elaborados. Tanto no que concerne a estruturação das instituições, às formas de ação, como a própria concepção de cultura e sua criação. No entanto, a preocupação e o interesse em regular essa área põe de manifesto a importância, que de algum modo, o campo cultural representava para o governo dos militares, o que pode ser constatado, entre outras, pela aproximação que procedeu com o tema do folclore.

Folclore e identidade nacional nas décadas de 1960/1970

O tema do folclore passou a figurar de forma mais sistemática no cenário cultural brasileiro em meados do século XX, orientado pelos rumores causados pelos folcloristas ligados ao autodenominado Movimento Folclórico Brasileiro.¹⁵ Este

¹³ Idem, p. 16.

¹⁴ Alexandre Barbalho. *Relações Entre Estado e Cultura no Brasil*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 52.

¹⁵ Cf. Luís Rodolfo Vilhena. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

movimento teve início em fins da década de 1940 com a criação da Comissão Nacional de Folclore, na estrutura do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão de representação da Unesco no Brasil. Na década seguinte, o número de membros em todo o país era significativo, especialmente, através das comissões estaduais de folclore, que interligavam nacionalmente centenas de homens e mulheres que tinham o folclore como objeto de estudo e produção intelectual.¹⁶ O “quartel-general” do movimento era no Rio de Janeiro, liderado pelo folclorista e musicólogo baiano Renato Almeida, radicado desde jovem nessa cidade.

Renato Almeida, apesar de ser, incontestavelmente a figura mais dinâmica do movimento, esteve ladeado por parceiros¹⁷ não menos dedicados que uniram suas vozes em inumeráveis congressos, seminários e semanas de folclore em prol da valorização da matéria. Essa valorização passaria obrigatoriamente pela institucionalização do campo, especialmente, através da criação de uma instituição própria para os assuntos da “cultura popular tradicional”, bem como, a inserção do folclore na universidade, como disciplina autônoma, ou mesmo, como auxiliar das demais ciências humanas e sociais.

Os folcloristas tiveram seu escopo parcialmente realizado quando em 1958 foi criada, através de decreto presidencial, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), promessa do ex-presidente Getúlio Vargas, mas que só foi concretizada por Juscelino Kubitschek.¹⁸

¹⁶ Luís Rodolfo Vilhena. *op. cit.*; Ana Lorym Soares. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)*. Rio de Janeiro, 2010. 216p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

¹⁷ Os folcloristas eram Edison Carneiro, Luís da Câmara Cascudo, Cecília Meireles, Rossini Tavares de Lima, Oneyda Alvarenga, Manuel Diegues Júnior, Joaquim Ribeiro, Heloísa Alberto Torres entre outros.

¹⁸ A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, subsidiária do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi instituída pelo presidente Juscelino Kubitschek através do Decreto n. 43.178 de 05/02/1958, publicado do *Diário Oficial da União* no dia 07/02/1958. No entanto a CDFB só iniciou suas atividades em agosto desse mesmo ano.

A Campanha, por mais que não tivesse o formato institucional inicialmente desejado pelo grupo de folcloristas, pôs em execução vários projetos relacionados às políticas e ações culturais relacionados ao folclore. Seu objetivo em âmbito nacional era

- a) promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e especialização, exposições, publicações, festivais;
- b) proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos populares;
- c) organizar museus, bibliotecas, filmotecas e centros de documentação;
- d) manter intercâmbio com entidades congêneres;
- e) divulgar o folclore do Brasil.¹⁹

O desenvolvimento de tão intensa agenda pode ser acompanhado através das páginas da Revista Brasileira de Folclore (RBF), que se destinava a estimular e divulgar ações em torno do folclore, bem como servir, como apontou Edison Carneiro²⁰, de “... um espelho do nosso entendimento crescente da realidade da vida popular brasileira.”²¹ A realidade cultural do povo para os folcloristas em questão estava ameaçada pela ação corrosiva dos tempos modernos, pela intromissão intermitente da cultura de massa e precisava, portanto, da ação de homens bem intencionados e, de preferência, patrocinados pelo Estado, para garantir que o elemento folclórico sobrevivesse.

Para os folcloristas, a cultura em sua vertente folclórica era a mais genuinamente nacional, pois resultava da interação das três principais matrizes culturais: portuguesa,

Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=174182>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

¹⁹ Informação estampada na quarta capa dos exemplares da *Revista Brasileira de Folclore*, veículo de divulgação da Campanha, que circulou entre 1961 e 1976.

²⁰ Edison Carneiro foi um dos mais importantes membros do movimento folclórico e segundo diretor da CDFB, exonerado pelo regime militar em 1964, por ser militante comunista.

²¹ Edison Carneiro. Apresentação. In: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v.1, n. 1, set./dez. 1961, p. 3.

indígena e africana, além de ser mais livre de contaminações de modismos. A ameaça de uma perda iminente das características que forneciam ao folclore a autenticidade capaz de fornecer uma identidade nacional permeou, *grosso modo*, todo o discurso dos folcloristas, que se colocaram nesse contexto como aqueles que seriam capazes de evitar tal acontecimento. Foi nesse tom que Renato Almeida se dirigiu à Rachel de Queiroz a fim de convidá-la para um dos congressos nacionais de folclore:

Você já deve ter atentado para o esforço que vem [sic] fazendo em favor do nosso folclore, para guardar, estudar e conhecer a cultura popular e evitar sua regressão sob o impacto da civilização moderna. Senão defendermos o caráter tradicional do nosso folclore, acabaremos, em breve (já que o folclore não morre, pois o povo cria e adapta incessantemente), por ser um folclore de coca-cola e de matéria plástica. É preciso cuidar a sério da revivescência de nossos folguedos, de muitos dos quais você há-de lembrar com grande saudade [...]. Temos feito um longo e penoso trabalho, mas com esperança de conseguir algum êxito [...] Tenho certeza de que você está de acordo cem por cento conosco e por isso venho pedir seu apoio, unindo sua voz prestigiada à nossa [...] estimaria muito que você assistisse ao nosso Congresso e dele participasse [...]²²

Esse mesmo sentimento de perda progressiva também pode ser percebido no discurso de Edison Carneiro em artigo publicado em 1966 na **RBF**.

Os autos folclóricos de Natal, que outrora conheceram o esplendor no Brasil, têm agora uma vida precária e difícil. Somente em Alagoas e Pernambuco denotam ainda alguma vitalidade. Nos últimos tempos, no Rio de Janeiro, houve apenas um grupo que os apresentava, quando, ainda em começos do século, diversos grupos de pastoras concorriam publicamente a prêmios e títulos, na Praça Sete e na Praça das Nações. Esporadicamente, nesta ou naquela cidade, ainda são levados à cena, se há, à mão, um ensaiador e meninas suficientemente simples para se entusiasmar com o espetáculo. Há

²² Carta de Renato Almeida para Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro, 1951. In: *Acervos Digitais*. Correspondência das Comissões de Folclore. Comissão Nacional de Folclore. Assuntos Gerais. Expedidas e Recebidas. Biblioteca Amadeu Amaral; Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan/MinC.

cerca de quarenta anos os autos do Natal vêm caindo, em ritmo veloz, na preferência popular.²³

Tanto na missiva remetida por Almeida à Rachel de Queiroz, quanto no artigo escrito por Edison Carneiro na **RBF**, o risco de perda de elementos definidores da cultura popular sob o impacto da civilização moderna se destaca e se associa ao caráter de urgência que orientava a ação desses folcloristas, descritos como sendo aqueles que tinham a missão de guardar, estudar e conhecer a cultura popular para que ela não desaparecesse, em suas formas tradicionais.²⁴

É interessante notar que essa ameaça constante de destruição e perda atua de forma duplamente ambígua nesse contexto: ela é vista como negativa, pois corrói o que há de mais precioso na cultura nacional, mas essa mesma ação corrosiva possibilita que os bens culturais folclóricos possam ser desejados e preservados. Há necessariamente uma interdependência entre o perigo iminente de destruição ou substituição por uma cultura homogeneizada e o seu reconhecimento como herança cultural preservável, ou seja, como patrimônio cultural. É justamente a “beleza do morto” evocada por Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel²⁵ que encantava esses intelectuais e suscitava a necessidade de ação protetora, de preferência reconhecida e financiada pelo Estado.

Essa “retórica da perda”²⁶ pode ser percebida, inclusive, no próprio nome da instituição criada com a finalidade de institucionalizar o folclore: a Campanha de Defesa do

²³ Edison Carneiro. As Pastoras do Natal. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 6, n. 16, set./dez. 1966, p. 277.

²⁴ Renato Almeida (1974a), *op. cit.*, p. 21.

²⁵ Cf. Michel de Certeau; Dominique Julia e Jacques Revel. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Campinas-SP: Papyrus, 1995, p. 55-85.

²⁶ José Reginaldo dos Santos Gonçalves. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

Folclore Brasileiro. Além do mais, a divisão interna dessa entidade, responsável pelo maior número de iniciativas, também tinha em sua denominação essa preocupação: Divisão de Proteção ao Folclore.²⁷

Como é possível notar, a noção de institucionalização da cultura entendida pela via do folclore deveria se pautar pela conservação dos elementos tradicionais definidores da unidade cultural da nação. Por isso mesmo, deveriam ser realizadas ações no sentido de evitar a descaracterização e promover a sua divulgação como meio de fomentar nas pessoas o reconhecimento do folclore como símbolo privilegiado da nacionalidade. E foi justamente a partir dessa visão que os interesses dos folcloristas se cruzaram com os do Estado autoritário.

Cruzamentos: folclore e políticas culturais nos anos 1960/1970

Diante dessas observações iniciais, já é possível fazer um cruzamento entre alguns aspectos do conteúdo referente aos dois planos de ação: dos folcloristas e do Regime ao que concerne ao campo da cultura. Por um lado, o Governo militar cuidou de estabelecer diretrizes orientadoras da ação estatal na esfera cultural nas décadas de 1960 e 1970, por outro, os folcloristas inseriram-se nesse contexto usando como moeda de troca a conveniência do discurso homogeneizante de defesa do folclore e as relações pessoais e políticas das lideranças do Movimento, especialmente, Renato Almeida e Manuel Diégues Júnior,²⁸ este último, figura de destaque no campo das políticas culturais do Governo.

O cruzamento entre o folclore e as políticas culturais durante o Regime Militar pode ser visualizado a partir de vários enfoques, como por exemplo, no caso do turismo e da realização de eventos como formas valorizadas de políticas públicas e ações culturais.

²⁷ Ana Lorym Soares, *op. cit.*

²⁸ Diégues Júnior era folclorista e sociólogo, tornou-se membro do MFB desde cedo, e pôde gozar de relativo destaque na estrutura organizacional da área cultural quando integrou o CFC, e, sobretudo, quando assumiu a diretoria do DAC, órgão responsável pela execução das ações em torno da cultura dentro do MEC.

A convergência entre os dois planos pode ser visualizada, ainda quando, no campo do folclore o lançamento do PAC foi reiteradamente festejado, conforme nota publicada pela **RBF**.

O Programa de Ação Cultural [...] trouxe para o Folclore o incentivo que tanto esperava. De acordo com programação já estabelecida, tivemos a apresentação do Grupo Maracatu Indiano, do Recife, exibindo-se em Brasília. Um grupo da Danças Gaúchas, em Belém do Pará, e o Grupo “Postais da Bahia” quando da inauguração da exposição de estandartes folclóricos e lançamento do selo comemorativo do 1º Festival Nacional de Folclore. O Folclore continuará com sua programação de sorte que possa ser mostrado em todo o Brasil nas suas manifestações mais expressivas. Assim serão exibidos Bumbas-meu-boi, Cavalhadas, Mouros e Cristãos, Caboclinhos, etc., em várias cidades do território nacional, concluindo-se com um grande festival em Brasília. Além disso, demonstrações de arte, de música, de teatro, de cinema, balé e outras manifestações serão levadas a todas as Unidades da Federação, num esforço para revelar a arte e a cultura a todo o País.

Consta, ainda, do Programa de Ação Cultural, a Festa Nacional do Folclore, a realizar-se em Brasília, no mês de janeiro de 1974, compreendendo o 7º Congresso Brasileiro de Folclore, a Exposição de Artes e Técnicas Populares e o Festival Folclórico.²⁹

Ainda conforme relato na **RBF**, o PAC significou “[...] um dos mais importantes eventos da cultura brasileira, em boa hora realizado pelo MEC [...]”,³⁰ assim como, o “[...] testemunho vivo e eloquente do interesse com que o Governo da República, através das suas artes, incentiva a cultura brasileira.”³¹ Cultura esta que, na perspectiva do programa, deveria ser difundida, mostrada, revelada através da movimentação de artistas pelo território nacional, operando-se desse modo, uma integração regional pela via cultural.

²⁹ Noticiário. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, n. 36, mai./ago. 1973, p. 114.

³⁰ *Ibid.*, p. 67.

³¹ *Idem*, p. 67.

No que se refere particularmente ao campo do folclore, os eventos já ocorriam frequentemente há algum tempo, sendo inclusive previstos no plano de ação da CDFB nos seus primeiros anos de funcionamento a partir de um setor específico, o Setor de Festivais. No entanto, o respaldo estatal fortaleceu essa prática a partir de destinação de recursos e legislação específica. Através do Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, por exemplo, o presidente Castelo Branco oficializou o dia 22 de agosto como o dia nacional de folclore e determinou que nessa data fossem realizados em todo o território nacional festejos e comemorações.

Considerando que o Governo deseja assegurar a mais ampla proteção às manifestações da criação popular não só estimulando sua investigação e estudo, como ainda defendendo a sobrevivência dos seus folguedos e artes, como elo valioso da continuidade tradicional brasileira, decreta:

Art. 1º Será celebrado, anualmente, a 22 de agosto, em todo o território nacional, o Dia do Folclore.

Art. 2º A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro do Ministério de Educação e Cultura e a Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e respectivas entidades estaduais deverão comemorar o Dia do Folclore e associarem-se a promoções de iniciativa oficial ou privada, estimulando ainda, nos estabelecimentos de curso primário, médio e superior, as celebrações que realcem a importância do folclore na formação cultural do país.³²

Essa iniciativa do Presidente da República veio a intensificar as comemorações que, no âmbito da CDFB, da CNFL e instituições congêneres já aconteciam de forma mais ou menos sistemática. No entanto, somente a partir desse momento as comemorações realizadas em eventos como desfiles e festivais de folclore ganharam ares de política pública recomendada pelo Estado.

³² Brasil. Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965. Institui o Dia do Folclore. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17-de-agosto-de-1965./print>>. Acesso em: 14 jul. 2010 e em resumo na *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 5, n. 12, mai./ago. 1965, p. 117.

Ainda sobre os eventos, Sérgio Miceli aponta que a concepção acerca deles introduzida pelo PAC traduzia a postura marcadamente executiva que caracterizou parte das políticas culturais do período, em contraposição à vertente patrimonialista que buscava canalizar recursos para projetos de restauração de monumentos e obras de arte.³³ O evento, por ser algo preso ao instante do espetáculo, sem a pretensão de ser uma obra acabada e permanente constituía quase a antítese do tombamento. E por esse caminho, a vertente executiva foi “[...] aos poucos convertendo o MEC num poderoso e ‘moderno’ empresário de espetáculos, abrindo novas frentes no mercado do trabalho cultural”.³⁴

Uma das frentes abertas pela vertente executiva foi o turismo, a área que recebeu bastante atenção do Governo desde o mandato de Castelo Branco, que, inclusive, elaborou uma política nacional para essa área, que deu origem à Embratur, ao Conselho e ao Sistema Nacional de Turismo, além de favorecer a realização de encontros e seminários relacionados ao tema.³⁵ Mais uma vez os eventos foram a porta de entrada para que o folclore pudesse inserir-se nas políticas culturais implementadas pelo Estado para o turismo, notadamente por sua feição cultural.

No Simpósio sobre Folclore e Turismo Cultural realizado em São Paulo entre os dias 23 e 28 de agosto de 1970, o folclorista Renato Almeida reforçou a importância do binômio turismo e folclore, e justificou essa relação ao apontar que o acervo tradicional do folclore inclui-se no conjunto dos bens culturais de maior significado e valor. No entanto,

³³ A vertente patrimonial, segundo Sérgio Miceli, era composta pelo PCH, CNRC, Sphan e FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. Cf. Sérgio Miceli. *op. cit.*, p. 76.

³⁴ Sérgio Miceli. *op. cit.* p. 69-70.

³⁵ Renato Ortiz. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 86.

mostrou-se ainda reticente com essa relação e preocupado com a defesa do folclore diante do perigo que a exploração econômica pela via do turismo poderia trazer.³⁶

Dois anos depois a **RBF** divulgou na Seção Documentário, a contribuição da CDFB para o que seria o Programa Nacional de Turismo e Folclore, documento elaborado em parceria com a Embratur na Reunião Oficial de Turismo que aconteceu em junho de 1972 em Brasília. Nas orientações elaboradas pela Campanha o folclore apareceu como elemento de atrativo turístico, sobretudo através dos folguedos e dos objetos de artesanato. Segundo esse documento, os folguedos como a congada, o bumba e o maracatu deveriam apresentar-se de forma legítima, como se praticava tradicionalmente. Já sobre o artesanato, o fundamental seria procurar os artistas mais fieis, que através de seu trabalho mostrassem a expressão mais autêntica do gênio popular. E o papel do folclorista, nesse contexto, seria preservar a autenticidade do produto e preparar os elementos de uma propaganda eficiente, sobretudo, através de festivais e feiras de artesanato.³⁷

As diretrizes orientadoras desse programa seriam:

- 1) garantir um reconhecimento dos elementos tradicionais em seus aspectos autênticos e de fidelidade ao folclore brasileiro.
- 2) incentivar e proteger na respectiva autenticidade o artista, a festa folclórica e o artesanato.
- 3) através do desenvolvimento do turismo, estabelecer de forma integrada as programações específicas com um calendário promocional, capaz de garantir a organização das manifestações folclóricas.³⁸

³⁶ Renato Almeida. Folclore e Turismo Cultural. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 10, n. 28, mai./ago, 1970, p. 199.

³⁷ Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Elementos para um Programa Nacional de Turismo e Folclore. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 12, n. 33, mai./ago. 1972, p. 207-210.

³⁸ *Ibid.*, p. 211.

Embora houvesse claramente a visão de defesa do folclore, pautada pela retórica da perda que associava as noções de tradição e autenticidade como componentes legitimadores do folclore, a Campanha posicionou-se no contexto da mercantilização da cultura popular com menos pudores, utilizando, inclusive, termos como *produto* e *venda* para se referir às manifestações folclóricas. A autenticidade e a fidelidade que deveriam ser preservadas nessas manifestações serviriam, no caso, para tornar o produto folclórico mais apreciável e, portanto, lucrativo para o mercado do turismo.³⁹ Com efeito, a mercantilização do folclore foi apenas uma das frentes em que o folclore teve de atuar no contexto tenso dos anos 1960 e 1970 no Brasil, visto que sua função pedagógica também foi amplamente requisitada pelos governos militares, sobretudo pela associação entre folclore e civismo, inaugurada também no contexto do Regime Militar, mas que não será aqui abordada, pois extrapolaria os limites deste artigo.⁴⁰

Considerações finais

Ao realizar um breve cruzamento entre folclore e políticas culturais no cenário político da ditadura nas décadas de 1960 e 1970 pretendi debater as possibilidades institucionais que se abriram para o campo do folclore nesse período. Da mesma forma, procurei identificar a presença do folclore entre as políticas e ações culturais dessa época. E, por fim, foi possível concluir que o folclore, pelas características que lhe foram conferidas pelos seus cultores, foi utilizado como um dos meios pelos quais o Estado autoritário buscou construir uma visão de cultura homogeneizadora o bastante para eclipsar a sua face mais obscura.

³⁹ A relação entre folclore e turismo foi objeto de vários artigos e registros na **RBF**, tais como: Renato Almeida. Folclore e Turismo. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, n. 36, mai./ago. 1973, p. 57-60; Maria de Lourdes Borges Ribeiro. Turismo, Folclore e Religião. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, n. 36, Mai./ago. 1973, p. 61-65; Declaração de Princípios. In: *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, v. 13, n. 36, mai./ago. 1973, p. 77-81.

⁴⁰ Ana Lorym Soares, *op. cit.*

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/Demu, 2007.

ABREU, Vanessa Kern de. *A Educação Moral e Cívica: Disciplina Escolar e Doutrina Disciplinar - Minas Gerais (1969-1993)*. Uberlândia - MG, 2008. Dissertação de mestrado. Mestrado em Educação – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2106>. Acesso em 7 jul. 2010.

ALMEIDA, Renato (1974a). *A inteligência do Folclore*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana/Instituto Nacional do Livro/MEC, 1974.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. (vol. I)

_____. Políticas e Conselhos: um estudo do conselho federal de cultura. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. (vol. II)

CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO. *Revista Brasileira de Folclore*. Rio de Janeiro: CDFB/MEC, 1961/1976.

CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique e REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: *A cultura no plural*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda*. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel/Idesp, 1984.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Joaquim. *Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Pallas/MEC, 1977.

SOARES, Ana Lorym. *Revista Brasileira de Folclore: intelectuais, folclore e políticas culturais (1961-1976)*. Rio de Janeiro, 2010, 216 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV.